

Capital S/A

ROBERTO FONSECA
robertovfonseca@gmail.com



“Nestes tempos, a adulação granjeia amigos, e a verdade, inimigos

Terêncio (185-159 a.C), dramaturgo romano

”

Bets na Justiça

Com a regulamentação das bets em 1º de janeiro, as casas de apostas passaram a ser obrigadas a ter razão social no Brasil para explorar o serviço on-line. Com isso, os apostadores que se sentirem lesados podem recorrer à Justiça com base no Código de Defesa do Consumidor.

E as primeiras sentenças começam a sair. O 2º Juizado Especial Cível de Águas Claras do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios condenou a HS do Brasil Ltda, operadora do site Bet 365, a ressarcir um cliente pelos valores subtraídos de sua conta após alteração unilateral na cotação de aposta concluída.

O consumidor realizou aposta de R\$ 1.460 em uma partida de baseball, na qual afirmou que haveria mais de 0,5 ponto no segundo inning com cotação de 1,69. Após acertar a aposta, recebeu inicialmente R\$ 2.467,40 na conta. Contudo, a plataforma reduziu o saldo em R\$ 774 sob a alegação de erro na cotação oferecida e alterou por conta própria o valor do prêmio.

Ao examinar o caso, a juíza Andreza Alves de Souza rejeitou os argumentos da defesa e reconheceu violação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC). A sentença, publicada na segunda-feira, determinou que a empresa pague R\$ 774 ao consumidor, valor que corresponde exatamente ao montante subtraído indevidamente da conta após a alteração unilateral da cotação.

Transferência de cônjuge

Entrou ontem em vigor uma mudança na CLT que interessa a muita gente no Distrito Federal com a publicação da Lei nº 15.175. A norma regulamenta o direito de transferência automática para empregados públicos que precisam acompanhar cônjuges, também agentes públicos, quando a modificação ocorrer no interesse da administração pública. A nova redação do artigo 469-A dispõe que a transferência ocorrerá a pedido do empregado e não se aplica o artigo 470 da CLT. O pedido de transferência dependerá, no entanto, da existência de “filial ou representação da administração pública na localidade de destino” e que “deverá ser horizontal, dentro do mesmo quadro de pessoal.”

Capital tecnológica

Gemini One



Brasília solidificou a posição como a “capital mais conectada do país”, segundo a Pnad Contínua 2024 do IBGE, com base nos dados do último trimestre do ano passado. A quase universalização da internet nos domicílios (98%) e a superação da banda larga fixa pela móvel (89,9% contra 89,2%) demonstram uma infraestrutura robusta.

O avanço da “casa inteligente” chama a atenção. Uma a cada quatro residências tem dispositivos inteligentes interconectados, que podem ser acessados pela internet, como câmeras, caixas de som, lâmpadas, ar-condicionado ou geladeiras. Trata-se de um recorde nacional. Isso sinaliza um novo nicho de mercado: a automação residencial.

Outros dados também chamam a atenção sobre a presença em massa dos brasilienses no ambiente digital: 95,9% da população com 10 anos ou mais utilizam a internet, com 93,9% contando com telefone móvel pessoal — os maiores percentuais do Brasil. O uso de microcomputadores (52,5%) e tablets (15,2%) para acesso à internet também é o mais alto do país.

As principais usabilidades incluem

assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes (92,5%); ouvir músicas, rádio ou podcast (89,8%); redes sociais (87,3%, uma alta de 2,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior); acessar bancos ou outras instituições financeiras (81,8%); enviar ou receber e-mails (81,2%); ler jornais, notícias, livros ou revistas pela Internet (79,4%); comprar ou encomendar bens ou serviços (61,0%,

aumento de 5,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior); e usar algum serviço público (58,9%), indicando a profunda digitalização da economia e da vida cotidiana.

Apesar da alta inclusão, ainda há 114 mil pessoas off-line, principalmente por “não saber usar” (52,6%), e não por custo (5,7%). Isso sugere a necessidade de programas de letramento digital.

Reprodução/Embrapa



Cogumelos em alta

O mercado de cogumelos está em franca expansão no Distrito Federal. Ao tempo em que o crescimento do número de produtores ainda é tímido, eram 19 no ano passado contra 17 em 2023, o Valor Bruto da Produção (VBP) teve um salto expressivo. Pulou de R\$ 3,49 milhões para R\$ 5,2 milhões. É um crescimento de 49% em relação ao ano anterior.

Entre os produtos made in DF estão champignon embalado, cogumelo-do-sol, shimeji, shiitake e cogumelos em conserva. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), são alimentos altamente nutritivos — com teor proteico semelhante ao da carne e maior que o de muitos vegetais e frutas.

ÁGUAS CLARAS

O motivo, segundo a Administração Regional, é o alinhamento da ocupação dos espaços públicos às normas vigentes

Ambulantes têm licenças revogadas

» MILA FERREIRA

Os ambulantes que trabalham nas ruas de Águas Claras tiveram, nesta semana, as licenças revogadas. De acordo com a administração regional, trata-se da reorganização das autorizações para o exercício do comércio ambulante na região. A medida revoga temporariamente todas as licenças, alvarás e autorizações anteriormente emitidas para essa finalidade, com ou sem ponto fixo.

O **Correio** conversou com ambulantes que trabalham na região e que dependem das vendas para sobreviver. É o caso de Erisberto Bezerra Dantas, 42, que mora em Águas Lindas de Goiás e vende salgados em frente à estação do metrô de Águas Claras há 19 anos. “Eles querem mudar a autorização e fazer a gente trabalhar em lugares desertos onde não passa ninguém. Daí não adianta, não tem como. A DF Legal passa aqui constantemente. Agora, a gente tem que correr igual bandido. E se deixarmos

nossa mercadoria, eles levam tudo e, para retirar, precisamos pagar uma multa enorme”, relata.

De acordo com a administração, a ação tem como objetivo alinhar a ocupação dos espaços públicos às normas vigentes e viabilizar a readequação do Plano de Ocupação de Áreas Públicas da cidade, especialmente no que se refere à proibição de uso de vagas de estacionamento por ambulantes. O chaveiro Roberto Luna do Amaral, 60, tem um trailer em Águas Claras, que ocupa vagas do estacionamento, no entanto, as licenças são pagas. “Não podem nos tirar daqui, eu pago o licenciamento do veículo, tenho direito a usar as vagas do estacionamento. Eu preciso trabalhar”, alega.

Direito de ir e vir

Segundo o administrador regional de Águas Claras, Gilvando Galdino, “a administração está fazendo valer o decreto de 2019, e essa ação responde às solicitações frequentes de moradores e

Bruna Gaston CB/DA Press



Marta de Oliveira e o marido, Lucas Salvaterra, desabafam: “Vivemos dessas vendas”

comerciantes. Nosso compromisso é devolver as calçadas e os estacionamentos ao uso da população, garantindo o direito de ir e vir. Estamos trabalhando para

que a regularização ocorra o mais breve possível, assegurando a ordem e a organização que a cidade tanto demanda”, afirma. Galdino refere-se à Lei nº 6.190/2018 e ao

Decreto nº 39.769/2019, que regulamentam a atividade no Distrito Federal.

Marta de Oliveira, 30, e o marido, Lucas Salvaterra, 30, vendem

churros, bebidas e acessórios para celular em frente à estação do metrô de Águas Claras. “Estamos aqui há três anos. Vivemos das nossas vendas. Certa vez, tentaram enviar a gente para uma praça longe daqui, mas lá não passa ninguém, aí não adianta”, destaca Marta. “O administrador passou por aqui, conversou com a gente e alegou que o nosso carrinho atrapalha a passagem e fica no meio, caso os bombeiros precisem passar. Mas nós não estamos atrapalhando ninguém”, completa Lucas.

Durante o período de suspensão, a tramitação de novos pedidos e renovações também ficará interrompida. A administração prestará todas as orientações necessárias aos ambulantes que desejarem se regularizar futuramente, conforme os critérios legais. A previsão é de que, com o novo Plano de Ocupação em fase de revisão, seja possível retomar os processos com mais clareza e equilíbrio entre o uso coletivo do espaço e a atividade econômica.

CIDADANIA

Sol Nascente ganha Agência do Trabalhador

» BRUNA PAUXIS

A primeira Agência do Trabalhador do Sol Nascente foi inaugurada ontem. No local, é possível consultar e se inscrever em vagas disponíveis no DF. Moradora da região, Mirian Dias Dias, de 43 anos, está desempregada e contou ao **Correio** que o novo posto irá impulsionar sua busca por vagas.

“Não vou precisar mais ir até o centro de Ceilândia. Temos agora a nossa própria agência aqui perto de casa”, celebrou. Mirian estava acompanhada de sua filha, Luana Silva dos Santos, 42,

que também está buscando emprego. “Essa iniciativa ajuda demais e eu pretendo vir até a agência todo dia conferir as novas vagas”, contou Luana.

“Precisamos acabar com aquele estigma de que o Sol Nascente é um lugar de favelado. Aqui é o lugar de pessoas decentes, que merecem o respeito do governo”, afirmou o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, que prometeu que, até o final do ano, o governo irá concluir todas as obras da região, que somam investimentos de aproximadamente R\$ 800 milhões.

Na ocasião, Ibaneis reiterou a

nova etapa do projeto de infraestrutura do Pôr do Sol: a publicação do edital de licitação para a contratação da empresa responsável pela execução das obras, que serão divididas entre Lote 1 e 2. As propostas estarão abertas a partir de 29 de agosto e a expectativa é de que, após a conclusão do processo, os trabalhos sejam iniciados ainda neste ano.

Mais Perto de Você

Ontem, também foi lançado o Sedet Mais Perto de Você, na Quadra 3 da Área de

Desenvolvimento Econômico (ADE), no Centro Norte de Ceilândia. O projeto ficará um mês no local, com oferta de atendimento a trabalhadores, empreendedores e famílias em situação de vulnerabilidade social, para que eles acessem com mais facilidade serviços como intermediação de mão de obra, habilitação no seguro-desemprego, emissão de carteira de trabalho digital, microcrédito Próspera, inscrição em programas de qualificação como o QualificaDF, RenovaDF e Fábrica Social, além do acesso à Cesta do Trabalhador.

Agência Brasília



Ibaneis Rocha: “Essas pessoas merecem respeito do governo”